



CRCPB

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DA PARAÍBA

RELATO INTEGRADO 2019





CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DA PARAÍBA

RELATO INTEGRADO

2019



Lista de siglas e abreviações

BO - Balanço Orçamentário	PCCS - Plano de Carreira, Cargos e Salários
CCI - Coordenadoria de Controle Interno	PB - Paraíba
CFC - Conselho Federal de Contabilidade	PVCC - Programa do Voluntariado da Classe Contábil
CRC - Conselho Regional de Contabilidade	PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Imprensa
CRCPB - Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba	SESCON - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Pareceres, Informações e Pesquisas do Estado da Paraíba
CRCs - Conselhos Regionais de Contabilidade	SGI - Sistema Gestão por Indicadores
CLT - Código das Leis Trabalhistas	SPW - Spiderware Consultoria em Informática LTDA
CNPC - Cadastro Nacional de peritos contábeis	SPER - StatePenaltiesandEnforcement Registry
CNAI- Cadastro Nacional de auditores independentes	SINCASP - Simpósio Nacional de Contabilidade Pública
CCI - Câmara de Controle Interno	SINCONTAB - Sindicato dos Contabilistas da Paraíba
CPT - Comissão Permanente de Transparéncia	TCU - Tribunal de Contas da União
DL - Decreto Lei	TI - Tecnologia da Informação
DN - Decisão Normativa	TRED - Tribunal Regional de Ética e Disciplina
e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão	TCE - Tribunal de Contas do Estado
EPC - Educação Profissional Continuada	PVCC - Programa do Voluntariado da Classe Contábil
IN - Instrução Normativa	TCU - Tribunal de contas da União
NBC - Norma Brasileira de Contabilidade	VPCI - Vice-Presidência de Controle Interno
NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	
EQT - Exame de Qualificação Técnica	

Sobre este Relato

Relato Integrado é uma nova forma de preparação e apresentação de relatórios corporativos, que requer que a organização pense de forma integrada e está baseado em processos de controle e gestão, portanto em 2019, a atuação do CRCPB foi conduzida de forma integrada, com ações planejadas e desencadeadas conjuntamente, com o CFC.

Nossa orientação administrativa foi pautada nas práticas mais relevantes da gestão participativa, tendo como principal objetivo, os resultados efetivos, todos baseados em nosso Planejamento Estratégico - aprovado em agosto de 2018 no Plenário do CFC e que deve nos guiar pelos próximos 10 anos.

Nosso objetivo com essa publicação é evidenciar como nossas atividades, inovações e investimentos contribuem para crescimento da classe contábil ao que nos compete, no âmbito do Sistema CFC/CRCs, atuando no Registro, Fiscalização do exercício profissional e Educação Continuada.

O Relatório Anual do CRCPB é a plataforma que utilizamos para comunicar ao público de relacionamento como chegamos a esses resultados, em um ano em que o CRCPB investiu na implantação de ações de inovação e tecnologia, destacando-se nos projetos da Educação Continuada, com a implementação de novas funcionalidades, garantindo mais agilidade e confiabilidade aos profissionais da contabilidade.

Os dados e informações apresentados abrangem o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2019. Agradecemos a todos os colaboradores e parceiros que estiveram envolvidos direta e indiretamente, na construção dessa narrativa.

Deginalda Fábia Barboza Mendes

Diretora Executiva

Sumário

Lista de siglas e abreviações.....

3

Mensagem da Presidente

5

Quem Somos.....

6

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo.....

7

- O CRCPB
- Ambiente Externo
- Principais canais de comunicação com a sociedade
- Cadeia de Valor

Governança, Estratégia e Alocação de Recursos.....

12

- Estrutura e Práticas de Governança
- Estratégia
- Alocação de recursos

Riscos, Oportunidades e Perspectivas.....

17

- Modelo de Gestão de Riscos e Controle

Resultados e Desempenho da Gestão.....

17

- Resultados das áreas fim
- Gestão Orçamentária e Financeira
- Gestão de Pessoas
- Gestão de Licitações e Contratos
- Gestão Patrimonial e Infraestrutura
- Gestão de Custos

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis.....

28

- Declaração do Contador
- Balanço Patrimonial
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Notas Explicativas

Anexos e apêndices.....

41

#somoscontabeis

Mensagem da Presidente

O conselho Regional de contabilidade da Paraíba, criado pelo decreto lei nº 9.295 de maio de 1946, alterado pela Lei nº 12.279/10, atualmente com 1 (um) escritório regional, 1 (uma) subsede, 9 (nove) delegacias, 5 (cinco) fiscais, 22 (vinte e dois) conselheiros efetivos e suplentes, 21 (vinte e um) funcionários, atendendo a um universo de 4.464 contadores, 1.682 técnicos em contabilidade e 750 (setecentos e cinquenta) organizações contábeis.

Tendo como principal missão: inovar para o desenvolvimento profissional, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços contábeis, atuando com transparéncia na prestação do interesse público. Tendo como visão: ser conhecido como uma atividade profissional, participe do desenvolvimento sustentável do país e que contribui no pleno exercício da profissão contábil primando pelo interesse público.

1- No que tange ao programa de Educação continuada, foi cumprido com responsabilidade, diante do quadro atual do CRC-PB, se utilizando dos parâmetros legais, demodo a atender aos profissionais habilitados, finalizamos

o ano com 1673 profissionais capacitados em cursos gratuitos;

2 - Foi desenvolvida a fiscalização em escritórios com o objetivo de buscar os contadores aprovados no exame de suficiência e que até a presente data não haviam procedido o registro, tal ação possibilitou identificar que existe um número considerável de profissionais que não estão habilitados e encontram-se atuando na área. Neste sentido, recomendamos a continuidade desse trabalho, pois tivemos o aumento de 4.58% novos;

3 - Para estimular novos registros no CRC-PB, foram desenvolvidos 2 (dois) encontros de novos profissionais, a fim de promover o incentivo para sua atuação e consequentemente o aumento de profissionais registrados no CRC-PB, recomendamos a continuidade desse trabalho, a fim de intensificar o resultado com a referida ação.

Evoluimos em nossas práticas de gestão pautadas em ações voltadas a governança, ética, responsabilidade e compliance. Neste sentido, constituimos à comissão de governança e integridade do CRC-PB, aprovamos e executamos o plano de integridade, buscando estabe-



Contadora Vilma Pereira de Souza Silva
Presidente CRCPB

lecer políticas, mecanismos e atribuições de responsabilidades as devidas áreas responsáveis por este, evidenciando o caminho que o CRC-PB deve percorrer em direção à promoção de um ambiente digno, responsável e transparente em todas as suas esferas de atuação.

Por fim, torna-se relevante mencionar que o objetivo do Relato Integrado de 2019 é fornecer a sociedade e, notadamente, a classe contábil, as ações desen-

volvidas estabelecidas e realizadas, visando a prestação de contas e a transparéncia relativas à nossa gestão.

As páginas seguintes trazem detalhes sobre a Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo, a Governança, Estratégia e Alocação de Recursos, os Riscos, Oportunidades e Perspectivas, os Resultados e Desempenho da Gestão, as Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis e outras informações relevantes.

Boa leitura!

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Vilma Pereira de Souza Silva".

Contadora Vilma Pereira de Souza Silva
Presidente

Quem somos

Números do Sistema CRCPB

1
Escritório Regional

1
Subsede

9
Delegacias

5
Fiscais

22
Conselheiros
Efetivos e
Suplentes

21
Funcionários

3
Cargos
Comissionados



A Classe
Contábil
Paraibana

4.464
Contadores

1.682
Técnicos em
Contabilidade

750
Organizações
Contábeis



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DA PARAÍBA

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo



O CRCPB

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba(CRCPB) é uma autarquia especial corporativa. Criado pelo Decreto Lei nº 9295/1946, alterado pela Lei nº 12.249/2010, cuja instalação no Estado da Paraíba ocorreu em o CRCPB em 1947, quando inicia as atividades através do seu primeiro Presidente Geraldo Brigido Borba que dirigiu o biênio inicial (1947/1948), e possui sua estrutura, organizações e funcionamento regulamentados pela Resolução CFC nº 1370, de 08 de dezembro de 2011, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

O CRCPB é integrado por 24 conselheiros, mas neste ano estivemos com 22 conselheiros, efetivos e suplentes, eleitos e forma direta, através do voto pessoal, secreto e obrigatório, nos termos do Decreto Lei nº 1040/1989. Tem por finalidade registrar os profissionais e organizações contábeis, fiscalizar o exercício da profissão contábil e promover a educação continuada por meio de cursos, treinamentos, palestras e eventos. Nossa receita é proveniente da arrecadação com anuidades, multas, juros e taxas pagas pelos profissionais e organizações.

Missão

Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

Visão

Ser reconhecido como uma entidade profissional que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Valores

Ética; Excelência; Confiabilidade; Transparência.

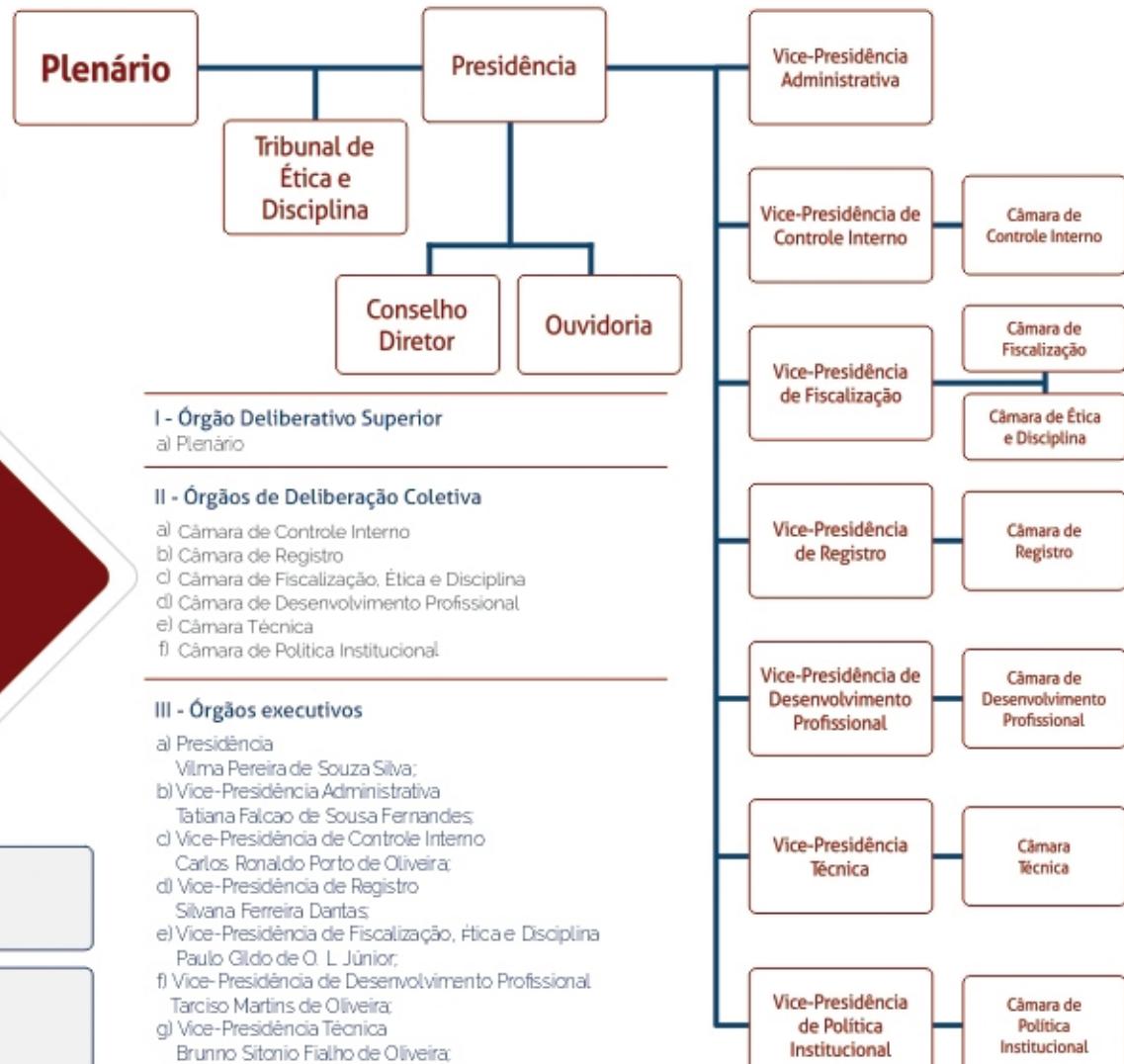
Premissas básicas do CFC

Registrar e fiscalizar o exercício da profissão contábil

Aplicar o programa de Educação Continuada, através de cursos, palestras e eventos

Organograma

O CRCPB apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Ambiente Externo

O desemprego assolou o país em 2019, mas mesmo assim conseguimos reduzir a inadimplência, considerando o acumulado dos anos de 2018 e 2019.

Além disso, o grau de inadimplência das anuidades seguiu em trajetória decrescente nesse período, passando de uma média de 38,8% em 2018 para 33,38% em 2019. Esses valores se referem à média do percentual de inadimplência.

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba têm trabalhado o tema de novas tecnologias em diversos eventos de capacitação da classe. Convenções estaduais, fóruns, seminários e encontros que trouxeram para o debate os impactos da Resolução 40. Nesse panorama, o Conselho de Contabilidade do Estado da Paraíba intensificou as ações do Programa de Educação Profissional Continuada capacitando 1673 em cursos/eventos/atividades, distribuídos pela Paraíba.

O CRCPB realizou grandes eventos os quais foram promovidos com o objetivo de atualizar e expandir os conhecimentos e competências técnicas, preparando, assim, os profissionais da contabilidade para os novos desafios entre os principais, destacamos a VII Convenção Paraibana de Contabilidade, realizada entre os dias

24 e 26 de novembro de 2019, no TCEPB, em João Pessoa/PB, com o lema: Contabilidade Contemporânea: vencendo os Desafios na Era da Inteligência Artificial, foram abordados temas tais como "Desafios da Governança Aplicada Ao Setor Público"; "Organizações sem fins lucrativos sustentáveis: posicionamento estratégico frente aos novos desafios pautados na responsabilidade, integridade e transparência."

Dentro da VII Convenção, realizamos o XI Encontro Paraibano da Mulher Contabilista, que trouxe um debate importante no Talk show: A Participação da Mulher na Gestão Pública, discussão entre vereadoras e prefeitas.

Implantamos no CRCPB a campanha "Adote um copo", com a finalidade de contribuirmos para a prevenção do meio ambiente.

Desde o seu surgimento, a contabilidade está se adequando ao desenvolvimento da sociedade e buscando formas de se atender a necessidade da geração de informações úteis à tomada de decisões. Atualmente, a Contabilidade está em transformação, deixando de ser apenas uma forma de controle burocrático da empresa para se tornar um importante parceiro da entidade, trazendo importantes informações para tomada de decisões.



Principais canais de comunicação com a sociedade

Ouvidoria

Canal de comunicação entre o cidadão e o CRCPB para receber sugestões, elogios, solicitações, reclamações, denúncias e sugestões de simplificação (Simplifique!) referentes aos diversos serviços prestados pelo Sistema CFC/CRCs.

Apartir de julho de 2019, o CRCPB passou a utilizar o Sistema de Ouvidoria fornecido pelo CFC, tal medida atende às exigências da Lei nº 13.460/2017 e da Resolução CFC nº 1544/2018 e teve como objetivo proporcionar aos CRCs o atendimento ao cidadão de maneira rápida e segura.



Classificação das Manifestações por assunto:

Área	Quantidade	Percentual
Fiscalização do exercício da Profissão Contábil	1	10%
Outras	9	90%



- ◆ Solicitação
- ◆ Reclamação
- ◆ Denúncia

Sistema CFC/CRCs

Em cumprimento à Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e no intuito de dar mais transparência às ações e atividades que desenvolve, o CFC mantém disponível o [Portal da Transparência e Acesso à Informação](#) e o [Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão \(e-SIC\)](#).

Portal da Transparência e Acesso à Informação

Canal de comunicação com o cidadão cujo objetivo é fornecer informações sobre os atos de gestão praticados pelo Sistema CFC/CRCs para a classe contábil e a sociedade brasileira.



e-SIC

Canal de comunicação entre o cidadão e o CRCPB que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação.



Comunicação Institucional

Acessos ao portal do CRCPB



Facebook

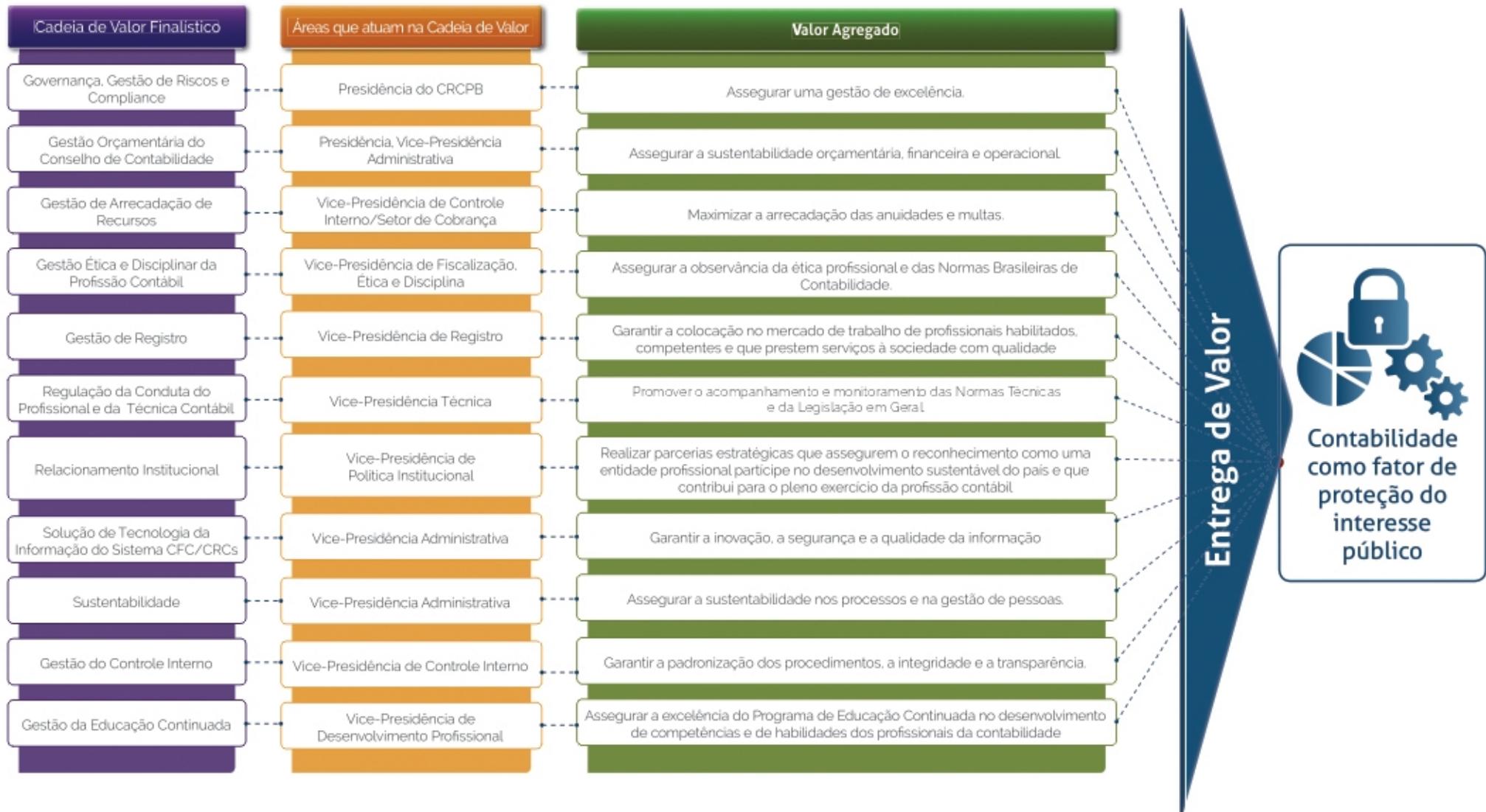


Instagram



Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor do CRCPB representa os quatro pilares da nossa Lei de Regência, que viabiliza ao CRCPB orientar, registrar, fiscalizar o exercício da profissão contábil, além de promover a Educação Continuada dos profissionais.





CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DA PARAÍBA

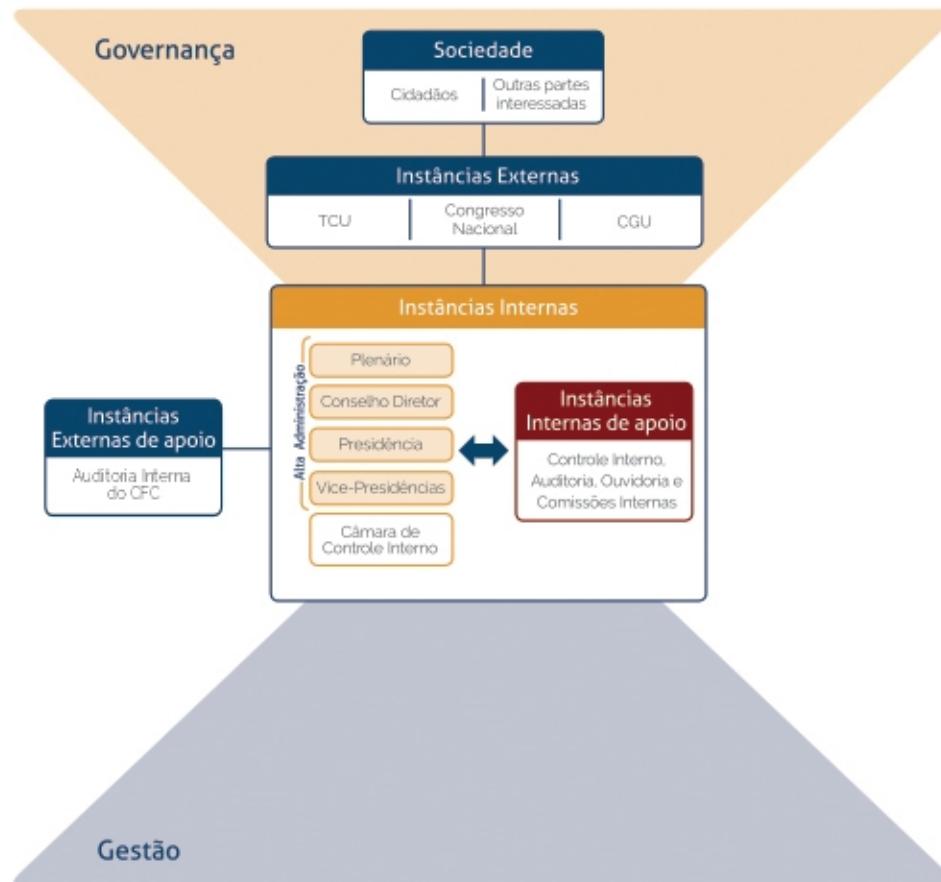
Governança, Estratégia e Alocação de Recursos



Estrutura e Práticas de Governança

A Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs foi instituída pela Resolução CFC n.º 1.549/2018, com o propósito de melhorar o desempenho organizacional, contribuir para a redução dos riscos, alinhar as ações à estratégia do Sistema CFC/CRCs e prestar contas das atividades desenvolvidas para a sociedade, baseado nos princípios da transparência, ética, eficiência, integridade, equidade e accountability.

No CRCPB, a Governança compreende a seguinte estrutura:



A partir do Referencial Básico de Governança Aplicável a órgãos e Entidades da Administração Pública (RBG), publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a Comissão de Governança e Compliance do CRCPB promoveu o levantamento das práticas de governança promovidas no âmbito do CRCPB, considerando os mecanismos de governança estabelecidos pelo RBG liderança, estratégia e controle – e os componentes imprescindíveis para que as funções de avaliar, direcionar e monitorar fossem executadas de forma satisfatória.

Governança em Órgãos e Entidades da Administração Pública



Fonte: Referencial Básico de Governança Aplicável a órgãos e Entidades da Administração Pública

Assim, foram identificadas as ações promovidas pelo CRCPB associadas a cada um dos componentes dos mecanismos de governança, conforme relação seguinte dos normativos que demonstram o atendimento às práticas de Governança.

Mecanismo Liderança	Pessoas e Competências	Princípios e Comportamentos	Liderança Organizacional	Sistema de Governança
	L1.1 - Eleição dos membros do Plenário do CRCPB; Plano de Cargos e Salários do CRCPB.	L2.1 - Código de Conduta para conselheiros, colaboradores e fundacionários do CRCPB	L3.1 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores; Resolução que aprova a proposta orçamentária e Plano de Trabalho para o exercício.	L4.1 - Regimento Interno do CRCPB; Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Organograma do CRCPB
		L2.2 - Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do CRCPB.	L3.2 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027	L4.2 - Regimento Interno do CRCPB; Limites e instâncias de governança para a contratação e pagamento de bens e serviços e de gastos com diárias e passagens no âmbito do CRCPB
		L2.3 - Comissão de Gestão da Governança Organizacional do CRCPB; Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do CRCPB.	L3.3 - Decreto-Lei nº 1.040/69 - Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências; Portaria que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação e pagamento de bens e serviços e de gastos com diárias e passagens no âmbito do CRCPB.	L4.3 - Regimento Interno do CRCPB; Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Organograma do CFC
			L3.4 - Política de Gestão de Riscos do CRCPB e Plano de Gestão de Riscos do CRCPB; Comitê de Gestão de Riscos do CRCPB.	
			L3.5 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.	

Mecanismo Estratégia	Relacionamento com Partes Interessadas	Estratégia Organizacional	Alinhamento Transorganizacional
	E1.1 - Resolução CRCPB nº 383/19 - institui a Carta de Serviços ao Usuário do CRCPB; Resolução CFC nº 1.544/18 - Regula a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, previstas na Lei nº 13.460/17, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.	E2.1 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027	E3.1 - Política de Governança do Sistema CFC/CRCs; Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.
	E1.2 - Art. 5º e Anexo Único da Resolução CFC nº 1.439/13 - Regula o acesso a informações previsto na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.	E2.2 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.	
	E1.3 - Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade; Indicadores 2, 3, 4, 5 e 6 do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.	E2.3 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs	
	E1.4 - Plano de Trabalho do CRCPB; Relatório de Gestão.		

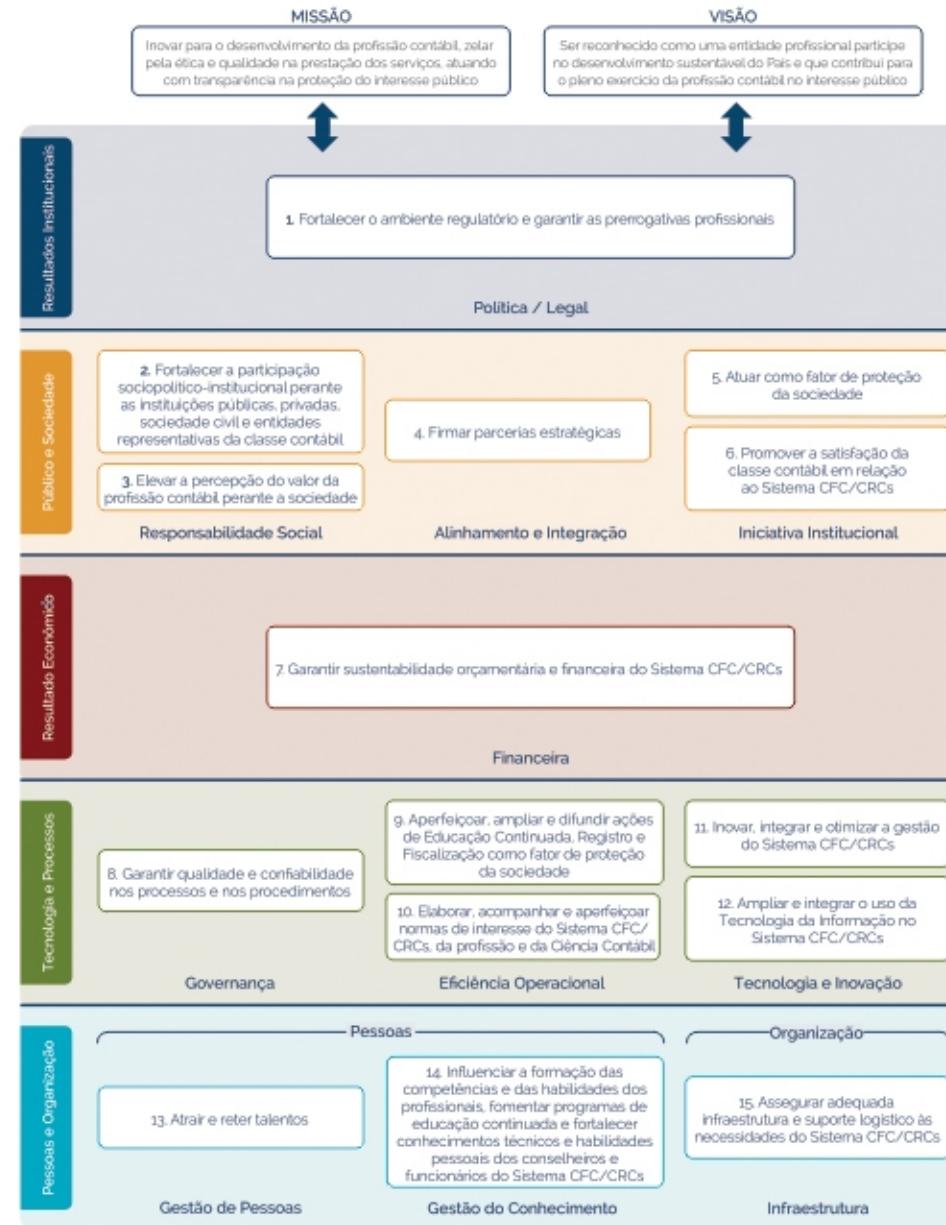
Mecanismo Controle	Gestão de Riscos e Controle Interno	Auditoria Interna	Accountability e Transparência
	C1.1 - Regimento Interno CRCPB; Sistema de Gestão da Qualidade; Política de Gestão de Riscos do CRCPB; Plano de Gestão de Riscos do CRCPB.	C2.1 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Regimento Interno do CRCPB.	C3.1 - Resolução CRCPB nº 383/19 - institui a Carta de Serviços ao Usuário do CRCPB.
	C1.2 - Política de Gestão de Riscos do CRCPB; Plano de Gestão de Riscos do CRCPB; Comitê de Gestão de Riscos do CRCPB.	C2.2 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Eleição dos membros do Plenário do CRCPB; Plano de Cargos e Salários do CRCPB.	C3.2 - Resolução CFC nº 1.439/13 - Regula o acesso a informações, previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.
		C2.3 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Política de Governança do Sistema CFC/CRCs; Indicadores da Qualidade.	C3.3 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs para 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.
			C3.4 - Resolução CRCPB nº 384/19 - Aprova Regimento Interno da Comissão de Acompanhamento e avaliação de conduta do CRCPB.

Estratégia

Somam-se às práticas de governança implementadas no âmbito do CRCPB a padronização de procedimentos e a fixação de limites e instâncias de governança para a contratação e pagamento de bens e serviços e a realização de despesas com diárias e passagens, sempre com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos do Sistema CFC/CRCs, conforme Mapa Estratégico 2018/2027, cujas metas são reavaliadas a cada biênio pelas instâncias internas de governança do CRCPB.



Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs



Gestão de Fiscalização

Investimento total:

R\$ 2.358.309,13

Projeto em destaque:

Pessoal, encargos e benefícios

13

Reuniões regimentais

5

Gestão de Registro Profissional

Investimento total:

R\$ 100.245,14

Projeto em destaque:

Cobrança, Admin e Judicial

7

Gestão de Educação Continuada

Investimento total:

R\$ 154.538,03

Projetos em destaque:

Participação dos Profissionais da Contabilidade em Eventos de Capacitação.

14

Promover a Educação Continuada - Cursos e Palestras

9

Promover a Educação Continuada - Eventos, Seminários e Fóruns.

9

Considerando que os objetivos devem traduzir em ações operacionais o desempenho da entidade, correlacionando os projetos, as metas e os indicadores estratégicos à visão e à missão institucional, as prioridades da gestão 2019 foram evidenciadas por meio da execução dos seguintes programas e recursos alocados:



Valor total efetivamente gasto com a função de Fiscalização do Exercício Profissional

 Projetos da COFIS - Coordenação de Fiscalização
R\$ 689.800,42

Valor total gasto com as demais atividades finalísticas (registro, normatização, julgamento e orientação)

 Despesa com Diárias Reuniões Regimentais
R\$ 96.768,25

Valor total gasto com indenizações a conselheiros

 Execução da Conta de Diárias de Conselheiros R\$ 24.221,20	 Execução da Conta de Passagem de Conselheiros R\$ 10.835,74
---	--



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DA PARAÍBA

Riscos, Oportunidades e Perspectivas



Riscos, Oportunidades e Perspectivas

O processo de gestão de riscos no CRCPB consiste no gerenciamento de riscos e oportunidades e na instituição de mecanismos de controle interno necessários ao monitoramento e à avaliação das ações desenvolvidas, a fim de assegurar a eficácia dos controles e contribuir para a melhoria dos processos e do desempenho organizacional.

À gestão de riscos, portanto, cabe o tratamento eficiente das incertezas, seja pelo melhor aproveitamento das oportunidades seja pela redução da probabilidade ou do impacto de eventos negativos, a fim de melhorar a capacidade de gerar valor e fornecer garantia razoável ao cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs.

No âmbito do CRCPB, os normativos que regem a matéria são a Resolução CRCPB Nº 386/2019 - Política de Gestão de Riscos do CRCPB e a Resolução CRCPB Nº 387/2019.

- Plano de Gestão de Riscos do CRCPB - que, conjuntamente, sistematizam as práticas relacionadas à gestão de riscos, estabelecendo os princípios, as diretrizes, as responsabilidades e a metodologia a serem observados no processo, com vistas ao alcance dos objetivos, melhor desempenho das atividades e salvaguarda dos processos.

Portanto, a adoção dos procedimentos estabelecidos para a devida análise de riscos dos processos desenvolvidos no CRCPB, subsidia a melhor tomada de decisões e proporciona segurança razoável para o alcance dos objetivos dos programas, projetos e processos e, consequentemente, dos Objetivos Estratégicos do CRCPB.

O detalhamento das categorias de risco, dos responsáveis envolvidos e da metodologia aplicada estão a seguir dispostos:



Responsabilidades

Plenário	Presidência	Diretoria Executiva	Comitê de Gestão de Riscos	Coordenadores de Áreas	Gestores dos Riscos
<ul style="list-style-type: none"> Aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas alterações. Aprovar o Plano de Gestão de Riscos e suas alterações. 	<ul style="list-style-type: none"> Definir a Política de Gestão de Riscos. Avaliar as propostas de mudanças da Política de Gestão de Riscos. Definir os processos prioritários para a gestão de riscos. Comunicar ao presidente o andamento do gerenciamento de riscos. Definir o apetite a risco do CRCPB. Aprovar a indicação dos gestores de riscos. Dirimir dúvidas quanto à identificação do gestor de determinado risco no âmbito interno das unidades organizacionais. Orientar a integração do gerenciamento de riscos com outras atividades de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> Gerenciar a implementação da gestão de riscos. Assessorar a alta direção. Comunicar à Diretoria Executiva o andamento do gerenciamento de riscos. Recomendar, quando necessária, a reavaliação e readaptação da Política de Gestão de Riscos do CRCPB. Tratar os casos omissos e as excepcionalidades da Política de Gestão de Riscos do CRCPB. Estabelecer o contexto de forma geral para o Processo de Gestão de Riscos. Realizar o monitoramento e a análise crítica do Processo de Gestão de Riscos, propondo aos gestores ajustes e medidas preventivas e paliativas. Orientar as partes interessadas no Processo de Gestão de Riscos. Elaborar e monitorar a Matriz Gerencial de Riscos, em que estarão descritos os riscos classificados como 'Extremos' e 'Altos'. Comunicar as partes interessadas no processo de Gestão de Riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> Sugerir os processos prioritários para gerenciamento dos riscos. Monitorar as operações do Processo de Gestão de Riscos realizadas pelos gestores dos riscos de sua área. Validar e contribuir na tomada de decisões dos planos de ação definidos na gestão dos riscos. Monitorar a execução dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos identificados pelos gestores dos riscos de sua área. Comunicar as ações realizadas pela Unidade Organizacional ao Comitê de Gestão de Riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> Executar as atividades referentes ao processo de identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos da atividade/projeto sob sua responsabilidade. Comunicar as ações realizadas aos gestores de áreas e/ou ao Comitê de Gestão de Riscos. 	
Conselho Diretor					
<ul style="list-style-type: none"> Propor ao Plenário do CRCPB a Política de Gestão de Riscos e suas alterações. Acompanhar a execução do Plano de Gestão de Riscos. Acompanhar a Matriz Gerencial de Riscos. 					

Nas fases de análise e de avaliação de riscos, os eventos de riscos e suas causas e consequências negativas são apreciados e classificados. Para tanto, são utilizadas as matrizes de 'Probabilidade x Impacto', na escala de 5x5, para definição do nível de risco e a de 'Classificação de Riscos', para classificação da diretriz do risco.

Já o apetite a risco será definido pela Presidência do CRCPB, conforme a matriz 'Apetite de Risco', a qual estabelece qual a quantidade de risco o CRCPB está disposto a aceitar, a fim de implementar sua estratégia, atingir seus objetivos e agregar valor aos serviços prestados no cumprimento de sua missão institucional.

A fase de tratamento do risco consiste 1) na seleção da melhor resposta a ser adotada para modificar o nível do evento de risco: evitar, aceitar, mitigar ou compartilhar o risco; 2) na elaboração de plano de ação, que pode implicar na adoção de novos controles ou na modificação de controles já existentes, e 3) no estabelecimento de prazos e responsáveis para implementação das ações.

O monitoramento e a análise crítica configuram etapa continua e essencial do Processo de Gestão de Riscos, pois, entre outros objetivos, visam identificar mudanças no perfil do risco e ajustar a resposta, a prioridade e os planos de ação adotados.

O Conselho Diretor do CRCPB realizará o monitoramento mensal dos principais riscos da entidade, classificados como 'Extremos' e 'Altos' e também de todos os riscos de integridade, identificados nos processos, a serem implantados em 2020.

Conseguimos implantar nas Licitações

Principais Riscos e Respostas

A implementação da gestão de riscos do CRCPB prevista para iniciar em 2019 não foi possível realizar devido a insuficiênci de dotação orçamentária para capacitação aos colaboradores.

Em 2020 enviadaremos todos os esforços para assegurar a execução da gestão de riscos e o conselho diretor realizará a implantação nos demais setores, através do monitoramento mensal dos principais riscos da entidade.



Resultados e Desempenho da Gestão



Introdução

O CRCPB adota o Sistema de gestão por Indicadores (SGI) e o Sistema de Plano de Trabalho como forma de monitoramento da execução e resultados do planejamento.

O SGI monitora o desempenho dos objetivos estratégicos por meio de indicadores. O Plano de Trabalho permite controlar as ações previstas, detalhando as ações executadas e avaliando as metas estimadas no inicio do ano.

Através do SGI e Plano de Trabalho, o CRCPB mantém o controle sobre os programas os projetos e as atividades desenvolvidas, visando atender as finalidades institucionais e a sua visão de futuro, as quais estão contempladas no Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs, período de 2018-2027.

Neste capítulo iremos relatar o resultado de cada área do CRCPB, tais como: Fiscalização, Registro e Educação Continuada, através da análise sobre os indicadores, com os principais projetos, ações do Sistema de Plano de Trabalho e desafios futuros.

Fiscalização

Indicadores

Índice de realização de diligências geral



O CRCPB tem por objetivo intensificar ainda mais a fiscalização aos profissionais e às organizações contábeis em situação irregular, a fim de continuar atingindo o objetivo estratégico de aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de Fiscalização como fator de proteção da sociedade.

Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização



O cuidado e o zelo no julgamento dos processos são primordiais para o Sistema CFC/CRCs de modo a não causar prejuízos ao profissional e à sociedade. Mesmo com um resultado negativo o CRCPB tentou manter a celeridade de seus processos a fim de dar retorno a sociedade das interposições demandas pela fiscalização reativa (denúncias) e principalmente atuando como fator de proteção do interesse público.

Ética na profissão



Visando assegurar a efetividade de suas ações fiscalizatórias, o CRCPB avalia, continuamente, o total de penalidades aplicadas frente ao total de processos julgados e verifica os aspectos qualitativos dos autos abertos e a confirmação da infração praticada. No ano de 2019 o CRCPB revisou alguns procedimentos de fiscalização, a fim de resguardar o profissional e a sociedade, e com isso foi verificado a necessidade do arquivamento de alguns processos.

Gestão das multas de fiscalização



Durante o ano de 2019 o CRCPB manteve uma verificação mensal dos valores emitidos e arrecadados das multas de infração, quando do transito e julgado dos processos o setor de fiscalização encaminha ao setor competente as informações das multas devidas para a inclusão na ficha financeira dos autuados, compete ao setor de cobrança do CRCPB utilizar-se de todos os meios legais para a devida cobrança dos valores devidos a título de Multas de Fiscalização.

Principais projetos e ações

Fiscalização das organizações contábeis e dos Profissionais da Contabilidade

Através da relação dos aprovados no Exame de Suficiência CFC, foram realizadas várias diligências aos escritórios em busca de profissionais sem registro e obtivemos uma demanda enorme de profissionais que foram ao CRCPB com finalidade de obtenção do registro.

Tribunal Regional de Ética e Disciplina



11 Reuniões do Tribunal de Ética e Disciplina

69 Processos de fiscalização julgados julgados durante todo o ano

Tivemos 11 (onze) reuniões do tribunal de regionais de ética e disciplina que foram homologadas nas Plenárias, discutidos os projetos, a gestão e aplicação dos recursos, com vistas ao aprimoramento da profissão contábil, referente a fiscalização, dentro do projeto.

Apoio ao Atendimento à Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro

Declarações ao Coaf pelos Profissionais da Paraíba	
Exercício	Declaração de Não Ocorrências
2017	2.026
2018	2.533
2019	2.425

O Sistema CFC/CRCs, com o intuito de manter a correta aplicação da legislação, desenvolveu ações de divulgação e acompanhamento com os profissionais da contabilidade quanto aos procedimentos a serem realizados, de modo a atuar como fator de proteção da sociedade, auxiliando na prevenção e combate a lavagem de dinheiro.

Desafios futuros

- Fortalecer a formação continua dos fiscais e conselheiros do CRCPB.
- Acentuar o controle e a avaliação do trabalho fiscalizatório.
- Promover melhorias nos sistemas de informática para controle das fiscalizações.
- Implantação da Integridade;
- Manter a constante formação dos fiscais e conselheiros do CRCPB.

Registro

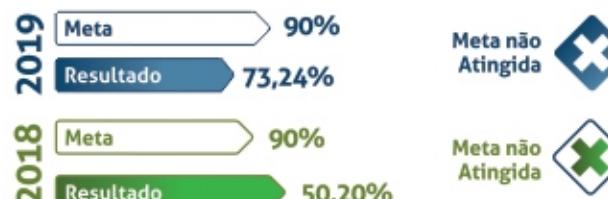
Indicadores

Índice de evolução de registros profissionais ativos



Em 2019 o número de registros profissionais obteve um índice positivo, devido a as ações de incentivo para que os candidatos aprovados no exame de Suficiência solicitassem seus registros profissionais, uma vez que a obtenção do registro é essencial ao exercício regular da profissão contábil. Realizamos eventos para os recém formados estimulando ao registro da profissão.

Tempo médio de julgamento de processos de registro



Na Câmara de Registro, houve um avanço no tempo de julgamento dos processos em relação a 2018, mas apesar dos projetos lançados, juntamente com a fiscalização em fiscalizar os escritórios, buscando profissionais trabalhando sem registro não atingimos a meta.

Principais projetos e ações registro de profissionais e organizações contábeis:

- atualizamos alguns endereços;
- foram enviados ofícios aos profissionais contábeis que passaram no exame de suficiência e não se registraram.



Principais projetos e ações

Exame de Suficiência

Exame	Presentes	Aprovados	% de aprovação
1º/2019	534	202	37,83%
2º/2019	543	179	32,97%

2
Edições Realizadas **2**
Cidades Contempladas **381**
Candidatos Aprovados

O exame de Suficiência é uma das ações dos Conselhos para assegurar que o futuro profissional da contabilidade tenha as habilidades e as competências necessárias para cumprir as demandas do mercado e destina-se a comprovar que o profissional formado detém conhecimentos suficientes para oferecer serviços com qualidade. Por consequência, a maior beneficiada com aplicação do exame é a sociedade brasileira, que pode contar com profissionais mais capacitados para atuar no mercado de trabalho. Foram feitos 02(duis) eventos com finalidade de apresentar o CRCPB aos novos profissionais da Contabilidade, com temas relacionados a Ética e os desafios da Profissão.

Tivemos várias solenidades de entregas de Carteiras aos novos profissionais da Contabilidade com palestra a respeito da Ética da Profissão, tivemos uma parceria com o SESCON em que agraciávamos o profissional com um certificado digital gratuito.

Comissões Institucionais Jovens Lideranças

- Formadas por jovens lideranças.
- Foram realizados mais de 30 ações, tais como: palestras, doações de alimentos, recepção aos candidatos ao Exame de Suficiencia.

- Participação da coordenação jovem na realização do I Encontro Internacional de Jovens Lideranças na oportunidade do XII Encontro Nacional da Mulher Contabilista em Porto de Galinhas/PE.
- Participação do primeiro encontro de estudantes e jovens lideranças do Rio de Janeiro, considerado o maior evento realizado em prol da juventude contábil da história do Sistema Contábil Brasileiro com a participação de mais de 2.000 pessoas.

Seminários e reuniões voltados à gestão do Sistema CFC/CRCs

O CRCPB participou dos seminários de Vice-Presidentes de Registro do Sistema CFC/CRCs, enviando o coordenador da Câmara de Registro e o Coordenador do Setor, onde foram discutidas as normas de registro (profissional e organizações), os sistemas utilizados e os procedimentos adotados para instrução, tramitação e julgamento de pessoas.

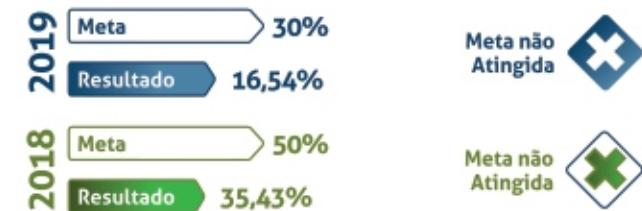
Desafios futuros

- Estimular os futuros Bacharéis em Ciências Contábeis acerca da necessidade de submeterem-se à aprovação em Exame de Suficiência e registro profissional para o desempenho das atividades contábeis;
- Intensificar as orientações às organizações contábeis para adequarem-se às normas e suas alterações, bem como observar as orientações estabelecidas por órgãos externos, a exemplo a Receita Federal do Brasil.

Educação Continuada

Indicadores

Participação dos profissionais da contabilidade, conselheiros e funcionários em eventos de capacitação



O CRCPB deve investir mais no corpo funcional e incentivar os conselheiros em participar de cursos devido a necessidade de se disponibilizar para o mercado profissionais capacitados e sintonizados com as mudanças da profissão, mas devo a redução de custo não investirmos em cursos fora do Estado.

Ofertamos 33 eventos em educação continuada, mas direcionados a áreas específicas, o que também contribuiu para uma seleção menor de participantes.

Plano de Ação

- Planejamento do indicador para 2020;
- Investir em custos amplos para toda as áreas contábeis

Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc.



O resultado demonstra o cumprimento da meta e a responsabilidade institucional com os profissionais contábeis, capacitando-os para um desenvolvimento multiplicador responsável no ano de 2019.

Investimentos em desenvolvimento profissional – *per capita*



32
Eventos realizados pelo CRCPB

3.172
Eventos realizados pelo Sistema CFC/CRCs



Principais projetos e ações

Exame de Qualificação Técnica (EQT)

Nos termos da NBC PA 13 e NBC PP 02, foram realizadas, em 2019, duas edições do Exame de Qualificação Técnica para Auditores (EQT- Auditoria) e uma para o Exame de Qualificação Técnica para Peritos Contábeis (EQT- Perícia).

EXAME EQT - PROFISSIONAIS DO ESTADO DA PARAÍBA

Exame	Presentes	Total Aprovados	(%) Aprovados
19º EQT – Prova QTG	4	0	0%
19º EQT – Prova CVM	1	0	0%
20º EQT – Prova QTG	9	1	11,11%
20º EQT – Prova CVM	2	0	0%
20º EQT – Prova BCB	0	0	0%
20º EQT – Prova SUSEP	1	0	0%
3º EQT – Perícia Contábil	12	0	0%

Os profissionais aprovados foram incluídos no Cadastro nacional de auditores Independentes (Cnai) e no Cadastro nacional de Peritos Contábeis (CnPC) e devem cumprir o Programa de educação Profissional Continuada.



Principais projetos e ações

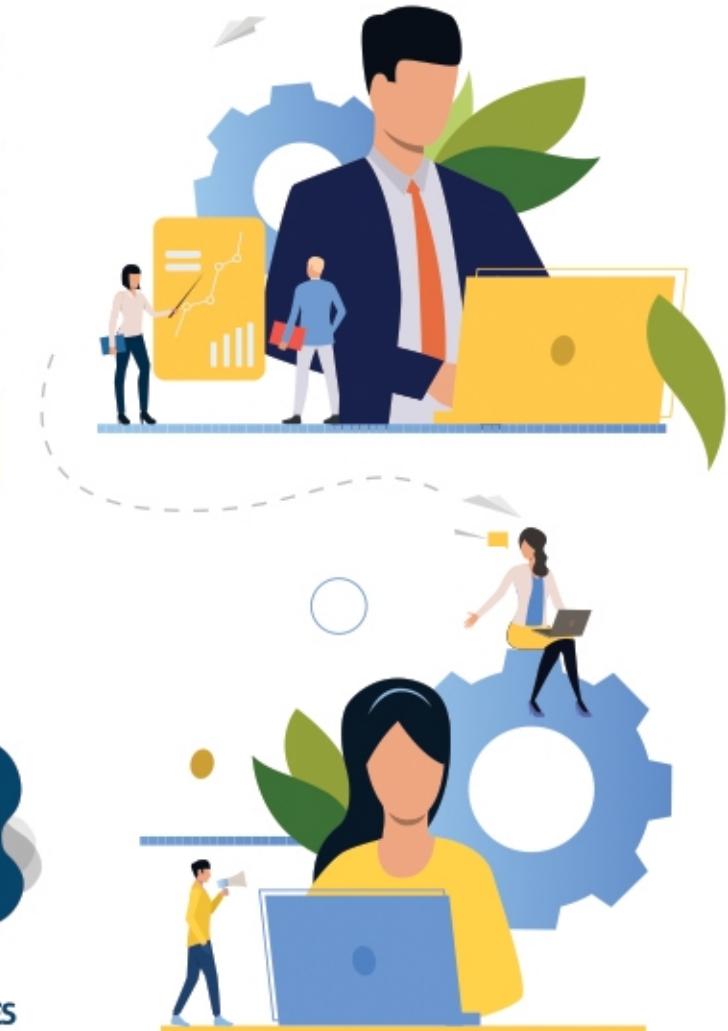
Promover a educação continuada - encontros / seminários / fóruns / jornadas / palestras.

Principais eventos:



Desafios futuros

- Proporcionar aos profissionais palestras com excelência;
- Promover mais eventos pontuados;



Gestão Orçamentária e Financeira

Execução orçamentária

O orçamento do CRCPB em 2019 foi estimado em R\$ 3.757.000,00 tendo sido arrecadado o valor de R\$ 3.659.677,67, equivalente a 100,93% da receita prevista. As despesas executadas representaram o montante de R\$ 3.570.906,33, correspondendo a 92% do valor arrecadado.

O índice de eficiência orçamentária demonstra a relação entre as receitas e despesas. O CRCPB cumpriu o princípio do equilíbrio orçamentário ao não gastar mais do que arrecada, mantendo a despesa corrente menor que a receita corrente. Os resultados apurados em 2019 foram satisfatórios, justificados por ações voltadas à execução dos programas institucionais.

Resultado Financeiro

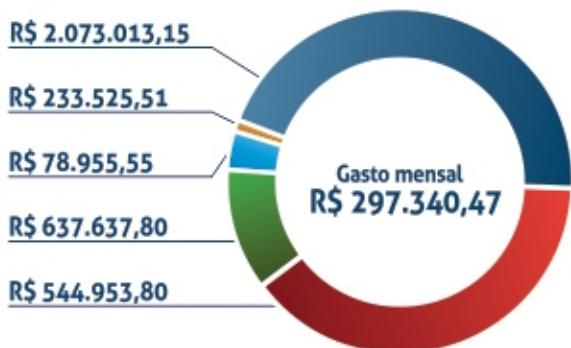
O CRCPB apresenta uma situação financeira difícil referente à capacidade de solvência do seu passivo financeiro, o déficit financeiro apurado em 2019 foi de R\$ 106.644,00.



Resultado Financeiro	2019
Ativo Financeiro	315.359,00
(-) Passivo Financeiro	422.003,00
Déficit Financeiro	-106.644,00

Despesas Correntes

As despesas correntes representam cerca de 80,10% da despesa total e apresentam uma média de gasto mensal de, aproximadamente, R\$ 4.419.297,35; as de maior relevância estão descritas a seguir:



◆ Pessoal e encargos ◆ Transferências correntes
◆ Uso de bens e serviços ◆ Demais despesas correntes ◆ Benefícios assistenciais

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES					
	Empenhada R\$		Liquidaada R\$		Valores Pagos R\$	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
1. Despesas de Pessoal	2.306.538,66	2.208.252,67	2.306.538,66	2.208.252,67	2.245.801,62	2.202.028,11
Remuneração de Pessoal	1.630.090,07	1.541.724,58	1.630.090,07	1.541.724,58	1.607.376,12	1.535.500,02
Encargos Patronais	442.923,08	434.907,48	442.923,08	434.907,48	404.899,99	434.907,48
Benefícios a Pessoal	233.525,51	231.620,61	233.525,51	231.620,61	233.525,51	231.620,61
2. Uso de Bens e Serviços	544.953,66	583.214,70	544.953,66	583.214,70	535.651,65	580.455,45
Material de Consumo	25.368,75	34.482,18	25.368,75	34.482,18	26.088,79	34.482,18
Serviços	423.423,36	425.375,04	423.423,36	425.375,04	414.401,31	422.615,79
Diárias	49.393,20	72.597,52	49.393,20	72.597,52	49.393,20	72.597,52
Passagens	46.768,35	50.759,96	46.768,35	50.759,96	46.768,35	50.759,96
3. Financeiras	50.059,73	50.772,93	50.059,73	50.772,93	50.059,73	50.772,93
Serviços Bancários	50.059,73	50.772,93	50.059,73	50.772,93	50.059,73	50.772,93
4. Outras Despesas Correntes	666.533,62	600.945,46	28.895,82	600.945,46	28.895,82	600.945,46
Tributárias e Contributivas	637.637,80	589.803,97			589.803,97	589.803,97
Demais elementos do grupo	28.895,82	11.141,49	28.895,82	11.141,49	28.895,82	11.141,49
DESPESAS CORRENTES	3.568.085,67	3.443.185,76	2.930.447,87	3.443.185,76	2.860.408,82	3.434.201,95

Grupos de Despesa	DESPESAS DE CAPITAL					
	Empenhada R\$		Liquidaada R\$		Valores Pagos R\$	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
5. Investimentos	2.820,66	96.739,89	2.820,66	96.739,89	2.820,66	84.579,99
Equip. e Materiais Permanentes	2.820,66	96.739,89	2.820,66	96.739,89	2.820,66	84.579,99
DESPESAS DE CAPITAL	2.820,66	96.739,89	2.820,66	96.739,89	2.820,66	84.579,99
TOTAL GERAL	3.570.906,33	3.539.925,65	2.933.268,53	3.539.925,65	2.863.229,48	3.518.781,94

Fonte: Balanço Orçamentário em 31/12/2019(Sistema de Contabilidade)



Gestão de Pessoas

A força de trabalho efetiva em 31/12/2019 do CRCPB é composta por empregados efetivos (70%), cargos em comissão (15%), estagiários (15%) e prestadores de serviço (5%). Do total, 03 colaboradores estão diretamente atuando em atividades de fiscalização por meio da orientação, assessoramento e acompanhamento aos trabalhos da fiscalização do CRCPB.

Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, destinando-se as atribuições de assessoramento à gestão. Os prestadores de serviços são contratados por meio de licitação e destinam-se a execução dos serviços de limpeza e conservação. Os estagiários são estudantes do ensino superior que desenvolvem atividades relacionadas às suas áreas de formação profissional, sob a supervisão de empregado efetivo. A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos termos previstos na Resolução CFC nº 1062/2005.



Com relação à evolução dos gastos de pessoal nos últimos dois anos, percebe-se a grande variação entre 2018 e 2019. As variações decorrem das reduções dos estagiários de forma expressiva, não tivemos correção salarial e nem aumento no valor de benefícios (vale alimentação).

Detalhamento da Despesa de Pessoal

(empregados efetivos + aprendizes + cargos comissionados + estagiários)



Gestão de Licitações e Contratos

O CRCPB observa a lei n.º 8.666/993, a lei 10.520/2002, a lei Complementar 123/2006, o decreto 10.024/2019 e demais decretos, instruções normativas e jurisprudências que disciplinam os procedimentos de contratações. As despesas do CRCPB com contratação totalizaram R\$ 311.395,70 em 2019, das quais 11,56% foram realizadas por meio de Pregões eletrônicos e 88,43% foram por Contratações diretas, para atender aos programas de gestão de Fiscalização, gestão de Registro Profissional, gestão de educação Continuada e Suporte e apoio a atividades Fins.

A redução de 26,80%, em relação à 2018, decorreu, principalmente, pela redução de custos para pagamento de ações trabalhistas.

Modalidade de contratação	2019	2018
Pregão Eletrônico	36.022,85	120.470,02
Contratações Diretas	275.372,85	304.937,05
Dispensa	196.157,28	219.171,59
Inexigibilidade	79.215,57	85.765,46
Total	311.395,70	425.407,07

Contratações diretas

Dos 45 processos de contratações realizados em 2019, 42 referem-se a contratações diretas (dispensa ou inexigibilidade), sendo que 03 delas foram por inexigibilidade e 39 por dispensa em razão do valor para contratação de serviços de manutenção predial, aquisição de materiais de expediente e higiene e serviços de divulgação institucional e material de distribuição gratuito para os eventos do CRCPB.

Contratações mais relevantes

Supporte e apoio a atividades fins

Objetivo estratégico: Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs

Objeto: Serviço de agenciamento de viagens compreendendo os serviços de reserva, emissão, alteração, marcação e remarcação e cancelamento de até 40 (quarenta) passageiros aéreos nacionais destinadas aos conselheiros, colaboradores e funcionários do CRCPB

Valor contratado
R\$ 53.240,00

Justificativa: Promover a Educação Continuada e manter as funções administrativas do CRCPB

Objeto: Aquisição de dois ares-condicionados destinados aos Setores de Desenvolvimento Profissional e Presidência

Valor contratado
R\$ 2.580,00

Justificativa: Manutenção da estrutura física



Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Os investimentos realizados em infraestrutura e equipamentos foram necessários para atender ao objetivo estratégico n.º 15 da Resolução CFC n.º 1.543/2018, assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs, entre os resultados alcançados decorrentes dos investimentos em equipamentos:

Os contratos de limpeza, conservação e jardinagem, segurança predial e preventiva totalizam R\$ 41.261,94 representando 19,98% dos gastos apresentados na tabela abaixo.

Objeto	Valor
Modernização e manutenção da estrutura física	188.460,91
Aquisição de máquinas e equipamentos	2580,00
Manutenção da frota de veículos	15.467,07
Valor total	206.507,98

Desfazimento de ativos

Em 2019, foram realizados 02 (dois) leilões para desfazimento de ativos, de bens móveis inservíveis ao CRCPB, nas contas contábeis: móveis e utensílios de escritório, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados.



Locações de Imóveis e Equipamentos

O CRCPB possui contrato de locação de impressoras (outsourcing) agilizando a demanda e reduzindo custos com manutenção e suprimentos. O CRCPB possui 01 (um) imóvel, locado para funcionar o Escritório de Representação na cidade de Guarabira.

Aprimoramento da Gestão Patrimonial

Entre as ações para aprimoramento da gestão patrimonial, cabe destacar os ajustes no bens patrimoniais, sanados as divergências entre o Sistema Contábil e o Sistema de bens Patrimoniais e a implantação de fotografar todos os bens ativos quando da realização do inventário dos bens patrimoniais.

Principais desafios e ações futuras

Pode-se destacar como desafio da gestão patrimonial o seguinte:

- aquisição de mobiliário;
- manutenção dos mobiliários existentes;
- contratação de empresa para manutenção de ar condicionados da Sede do CRCPB;
- Instalação de banheiros para portadores de deficiência física.

Gestão de Custos

Atualmente, o CRCPB não adota metodologia para o rateio dos custos indiretos. o Conselho utiliza sistema informatizado para o controle dos custos diretos, os quais foram alocados em 51 projetos aprovados para o Plano de trabalho de 2019, que estão alinhados e vinculados a 14 objetivos estratégicos para atender às necessidades dos 5 programas voltados ao atingimento das atividades-fins do Conselho. os custos alocados nos programas estão demonstrados no Capítulo 2: governança estratégica e alocação de Recursos, página 11.

Valores por Objetivo Estratégico

Objetivo Estratégico	Executado
Fortalecer o ambiente regulatório e garantir as prerrogativas profissionais (*)	0,00
Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade	5.980,00
Firmar parcerias estratégicas (*)	0,00
Atuar como fator de proteção da sociedade	11.00,00
Promover a satisfação da classe contábil com o Sistema CFC/CRCs	2.189,04
Garantir a sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs	731.568,94
Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos(*)	0,00
Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, reigistro e fiscalização como fator de proteção da sociedade	90.088,69
Elaborar, acompanhar e aperfeiçoar normas de interesse do Sistema CFC/CRCs, da profissão e da ciência contábil(*)	0,00
Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs(*)	0,00
Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs	56.625,71
Atrair e reter talentos	2339.329,13
Influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional e formar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs	69.512,50
Assegurar adequada infraestrutura e suporte logísticos às necessidades do Sistema CFC/CRCs.	264.612,32
Total	3.570.906,33

(*) Foram firmadas parcerias, porém sem custos.

Principais desafios e ações futuras

- Concluir os trabalhos da comissão instituída para implantação da gestão de riscos em todos os setores do CRCPB.
- Parametrizar os sistemas informatizados "Plano de Trabalho" e de "Contabilidade" para alocar as despesas por centro de custos.

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis



Declaração da Contadora do CRCPB

Thamara Leal Brandão de Oliveira

O Setor contábil está subordinado a Vice-Presidência de Controle Interno do CRCPB. Este setor é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis assim como pela divulgação dos relatórios Patrimoniais, pela prestação de contas do CRCPB e pela apresentação de obrigações fiscais e acessórias.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba.

As demonstrações contábeis do CRCPB foram elaboradas em observância a Lei nº 4.320/1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); ao Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado pela Resolução CFC nº 1.161/2009; ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e à INT/VPCI/CFC nº 023/2019 da Câmara de Controle Interno do CFC, conforme orientações da Instrução Normativa TCU nº 63/10 de 01/09/2010, da DN-TCU nº 178/2018, de 23/10/2019 e da Portaria TCU 378, de 05/12/2019, além de outros normativos do Sistema CFC/CRCs.

As demonstrações apresentadas são:

Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do CRCPB; Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução; Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas; Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, no confronto entre as variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);

e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) – tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido, bem como, sua evolução no período.

A conformidade contábil das Demonstrações Contábeis e dos atos da Gestão é realizada pela Câmara de Controle Interno, de acordo com o Regimento Interno do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba e suas alterações, alinhado a os procedimentos descritos nos Manuais de Auditoria e de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs.

Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações, extraídas do Sistema Informatizado de Contabilidade e demais sistemas gerenciais, que são utilizados pelos Conselhos de Contabilidade, onde são registrados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Avanços:

Com a emissão das normas, o CFC precisou reestruturar suas prioridades e estabelecer metas para implementação do novo modelo, mesmo diante de uma conjuntura repleta de desafios. Com essa missão em foco, o Sistema CFC/CRC apresentou avanços substanciais na qualidade das informações contábeis, dentre elas destacamos as seguintes pautas:

- Adoção do princípio da competência para receitas e despesas com reflexo nas Variações Patrimoniais;
- Registro da depreciação de itens do Ativo Imobilizado;
- Registro do Ativo Intangível e respectiva amortização;



• Demonstração do Fluxo de Caixa – O demonstrativo foi elaborado pelo método direto, com base em dados extraídos do balanço orçamentário e financeiro, segregando-se as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.

• Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Elaborada a partir de dados extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais.

• Gestão de Custos – Atualmente é adotado sistema informatizado para controle dos custos diretos por projeto/programa, no módulo Plano de Trabalho, cujas informações são geradas a partir dos registros contábeis. Com base nessas informações, o Conselho tem desenvolvido relatórios internos com o propósito de fomentar a gestão de custos e a avaliação da qualidade do gasto no exercício, sendo uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão dos gestores. Está em fase de estudo, a definição da metodologia para a alocação dos custos indiretos aos centros de custos.

Declaração

Considerando que os normativos trazem orientações quanto aos procedimentos para a elaboração e apresentação do Relatório de Gestão e do processo de Prestação de Contas, considerando ainda que a documentação apresentada para registro está alinhada aos procedimentos internos de controles, declaro que os demonstrativos contábeis (Balanços Patrimonial, Financeiro e Orçamentário, Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) refletem os seus aspectos mais relevantes, quanto à situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba.

Thamara Leal Brandão de Oliveira

CRC nº 6743/0-1

Coordenadora do setor de contabilidade do CRCPB

Balanço Patrimonial (BP)

(R\$ mil)

ATIVO	NE	2019	2018	PASSIVO	NE	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		1.034.464	957.842	PASSIVO CIRCULANTE		9,00	594.068
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	01	226.889	54.793	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	10	78.827	24.911
Caixa e Equivalente de Caixa		226.889	54.793	Pessoal a pagar		37.883	0
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	02	708.800	750.528	Obrigações Fiscais de Curto Prazo		2.481	9.966
Créditos a Receber		1.757.688	2.268.905	Depósitos Consignáveis		29.161	26
(-) Perda Estimada c/Créditos de Liquidação Duvidosa	03	-1.048.888	-1.518.377	Fornecedores		9.302	14.919
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO		84.950	125.743	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO		11	136.548
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	04	4.013	12.161	Contas a Pagar		22.715	6.225
Tributos e Contribuições a Recuperar		0	500	Transferências Legais		13.443	3.377
Créditos por Danos ao Patrimônio/Div. Responsáveis		34.679	37.193	Outras Obrigações Legais		100.390	85.023
Depositos restituíveis e Valores		26.225	0	PROVISÕES DE CURTO PRAZO		12	378.692
Demais creditos e valores de curto prazo		20.033	75.585	Provisões Trabalhistas		206.627	159.163
Outros Créditos e Valores a Receber		0	304	Provisões p/ Riscos trabalhistas e cíveis		45.468	32.605
ESTOQUES	05	10.305	16.576	Provisões de Cota Parte		126.597	174.011
Almoxarifado		10.305	16.576	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		13	13.500
VAR. DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	06	3.520	10.201	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		13	13.500
Variações Diminutivas Pagas Antecipadamente		3.520	10.201	Obrigações Fiscais a Longo prazo		13.500	44.466
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		2.089.345	2.171.945	TOTAL DO PASSIVO		607.568	529.780
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		147.417	117.526				
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	03	-7.223.446	-5.758.753				
(-) Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa		0	0				
INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL		1.941.927	1.587.058				
Investimentos	07	1.941.927	2.054.419	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14	2.516.242
Imobilizado		0	0				
(-) Depreciação Acumulada	08	-483.967	-467.361	Patrimônio Social		2.516.242	2.600.006
Intangível		0	0				
(-) Amortização Acumulada		0	0				
TOTAL DO ATIVO		3.123.809	3.129.786	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.123.809	3.129.786

DEMONSTRATIVO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

(Lei nº 4.320/64)

(R\$

DESCRÍÇÃO	NE	2019	2018	DESCRÍÇÃO	NE	2019	2018
ATIVO	15	3.123.810	3.129.786	PASSIVO	15	1.653	1.010
Ativo Financeiro		315.359	190.737	Passivo Financeiro		422.003	278.699
Ativo Permanente		2.808.451	2.939.049	Passivo Permanente		185.565	251.082
SALDO PATRIMONIAL						2.516.241	2.600.006

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS							
DESCRÍÇÃO	NE	2019	2018	DESCRÍÇÃO	NE	2019	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas				Variações Patrimoniais Diminutivas			
Contribuições		3.281.305	3.222.543	Pessoal e encargos		2.329.118	2.208.253
Exploração de bens e serviços		221.260	155.219	Uso de bens e serviços		591.749	658.653
Financeiras		1.078.893	1.843.760	Financeiras		270.768	300.764
Transferências		384.792	253.407	Tributárias e contributivas		590.224	609.266
Valorização e ganhos com ativos		284	35.168	Desvalorização e perda de ativos	22	3.288.681	11.553.735
Outras variações patrimoniais aumentativas		2.132.697	9.765.685	Outras variações patrimoniais diminutivas		13.567	105.368
TOTAL		7.099.230	15.275.781	TOTAL		7.184.106	15.436.039
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO						12	-84.876
							-160.258

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

DESCRÍÇÃO	NE	2019	2018	(R\$)
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		2.821	96.740	
Investimentos		2.821	96.740	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		1.200	43.300	
Alienação de Bens		1.200	43.300	
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0	0	
Incorporação de Passivos		0	0	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0	0	
Desincorporação de Passivos		0	0	
		4.021	140.040	

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido do CRCPB nos exercícios de 2019 e 2018, bem como, sua evolução no período. Ressalta-se que o incremento de 6,85% em seu Patrimônio Líquido em comparação a 2018.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Descrição	Patrimônio líquido	
	2019	2018
Saldo Inicial do Exercício	2.600.006	2.760.042
ajustes de exercício anterior	1.112	222
Resultado do exercício	-84.876	-160.258
Saldo Final do Exercício	2.516.242	2.600.006

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido do CRCPB nos exercícios de 2019 e 2018, bem como, sua evolução no período.

R\$ - 84.876,21
Resultado Patrimonial



Balanço Orçamentário (BO)

Receita Orçamentária	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
RECEITAS CORRENTES		3.600.000	3.757.000	3.601.478	(155.522)
Contribuições		2.700.987	2.700.987	2.783.456	82.469
Exploração de bens e serviços		317.369	317.369	94.404	(222.965)
Financeiras		243.232	243.232	237.318	(5.914)
Transferências		237.157	394.157	432.792	38.635
Outras receitas correntes		101.255	101.255	53.508	(47.747)
RECEITAS DE CAPITAL		0	0	58.200	58.200
Operações de créditos internos		0	0	0	-
Alienações de bens		0	0	1.200	1.200
Amortização de empréstimos concedidos		0	0	0	-
Transferências de capital		0	0	57.000	57.000
Outras receitas de capital		0	0	0	-
TOTAL DAS RECEITAS		3.600.000	3.757.000	3.659.678	-154.322
DÉFICIT		0	0	0	-
TOTAL		3.600.000	3.757.000	3.659.678	(154.322)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - SUPERÁVIT FINANCEIRO				0	

As receitas de contribuição do CRCPB são constituídas por 4/5 (quatro quintos) da arrecadação das anuidades.

R\$ 88.771,34
Superávit Orçamentário



Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
DESPESAS CORRENTES		3.529.000	203.000	3.732.000	3.568.087	3.568.086	3.497.599	163.914
Pessoal e encargos		2.026.259	363.478	2.389.737	2.306.539	2.306.539	2.245.354	83.198
Uso de bens e serviços		811.314	-199.878	611.436	544.954	544.954	535.652	66.482
Financeiras		60.000	-3.000	57.000	50.060	50.060	50.060	6.940
Tributárias e contributivas		616.027	26.000	642.027	637.639	637.638	637.638	4.389
Outras despesas correntes		15.400	16.400	31.800	28.896	28.896	28.896	2.904
DESPESAS DE CAPITAL		71.000	-46.000	25.000	2.821	2.821	84.580	22.179
Investimentos		71.000	-46.000	25.000	2.821	2.821	2.821	22.179
SUBTOTAL		3.600.000	157.000	3.757.000	3.570.907	3.570.907	3.582.179	168.304
SUPERÁVIT	25	0	0	0	0	88.771	0	-
TOTAL DAS DESPESAS		3.600.000	0	3.757.000	3.570.907	3.659.678	3.582.179	168.304

Balanço Financeiro (BF)

(R\$)

INGRESSOS		NE	2019	2018	DISPÊNDIOS		NE	2019	2018
RECEITA ORÇAMENTÁRIA			3.659.678	3.240.495	DESPESA ORÇAMENTÁRIA			3.570.906	3.539.926
Receitas Correntes			3.601.478	3.197.195	Despesas Correntes			3.568.086	3.443.186
Receitas de Capital			58.200	43.300	Despesas de Capital			2.821	96.740
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	15	140.515	24.094		PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	15	57.191	45.278	
Adiantamentos a Pessoal			8.148	0	Adiantamentos a Pessoal			0	6.887
Tributos e Contribuições a Recuperar			500	654	Depositos restituíveis e Valores vinculados			26.225	0
Créditos por Danos ao Patrimônio			2.514	249	Obrigações de Curto Prazo			0	4.613
Créditos e Valores a Receber			304	150	Transferências Legais			0	4.297
Encargos Sociais a pagar			37.883	0	Obrigações de Longo Prazo			30.966	29.481
Obrigações de Curto Prazo			16.033	0					
Contas a pagar			16.490	5.940					
Transferências Legais			10.067	0					
Provisões Trabalhistas			47.464	16.816					
Cancelamento de Restos a Pagar			1.112	285					
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR		54.793	375.408		DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			226.889	54.793
TOTAL		3.854.986	3.639.997		TOTAL			3.854.986	3.639.997

Restos a Pagar Processados (RPP)

(R\$)

CÓDIGO	RESTOS A PAGAR PROCES- SADOS	NE	INSCRITOS				(R\$)
			EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZ DO EXERCÍCIO DE 2019	PAGOS	CANCELADOS	
6.4.1.1.01	DESPESAS CORRENTES + CAPITAL		38.442,64	70.039,06	13.072,62	1.396,70	94.012,38
6.4.1.1.01.01	DESPESAS CORRENTES		38.442,64	70.039,06	13.072,62	1.396,70	94.012,38
6.4.1.1.01.01.001	PESSOAL E ENCARGOS		38.442,64	60.737,05	13.072,62	0,00	86.107,07
6.4.1.1.01.01.002	BENEFÍCIOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.4.1.1.01.01.002	USO DE BENS E SERVIÇOS		0,00	9.302,01	0,00	0,00	9.302,01
6.4.1.1.01.01.004	DESPESAS FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.4.1.1.01.01.005	DESPESAS TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.4.1.1.01.01.006	TRANSFERÊNCIAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.4.1.1.01.01.007	OUTROS DESEMBOLSOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.4.1.1.01.02	DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.4.1.1.01.02.001	INVESTIMENTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.4.1.1.01.02.002	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.4.1.1.01.02.002	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.4.1.1.01.02.004	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O demonstrativo de execução de Restos a Pagar Processados demonstra os valores de obrigações empenhadas e liquidadas inscritas em restos a pagar, as quais foram pagas ou canceladas. No encerramento de 2019 foram inscritos um montante de R\$ 70.039,06 em RPs. Ressalta-se que o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs não faz referência à contabilização dos restos a pagar não processados, mas essa metodologia está sendo analisada pela Comissão de Revisão do Manual para ser implementada.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

(R\$)

DESCRÍÇÃO	EXERCÍCIO 2019	EXERCÍCIO 2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	3.601	3.197
RECEITAS	3.601	3.197
Receita de Contribuições	2.783	2.565
Exploração de Bens e Serviços	94	94
Receitas Financeiras	237	234
Transferências (Subvenções)	433	196
Outras Receitas	54	108
DESEMBOLSOS	3.651	3.422
DESPESAS	3.651	3.422
Pessoal, Encargos e Benefícios	2.400	2.218
Uso de Bens e Serviços	551	556
Despesas Financeiras	50	51
Despesas Tributárias e Contributivas	648	586
Outros Despesas	3	11
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	(50)	(225)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	58	-
Alienação de Bens	58	-
DESEMBOLSOS	3	97
Aquisição de Ativo Não Circulante	3	97
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	55	(97)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	172	(321)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	55	375
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	227	55

A demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as alterações no caixa e equivalentes de caixa do CRCPB nos exercícios de 2019 e 2018, apresentando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento registradas no período.

As informações da DFC são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade do CRCPB de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como, as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.

Caixa e Equivalente de Caixa em 31/12



◆ 2019 ◆ 2018



Notas Explicativas (NE) às Demonstrações Contábeis

Contexto Operacional

O CRCPB criado pelo Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, com as alterações constantes das Leis nºs 570, de 22.09.1948; 4.695, de 22.06.1965 e 5.730, de 08.11.1971; e dos Decretos-lei nºs 9.710, de 03.09.1946 e 1.040, de 21.10.1969, constitui-se como pessoa jurídica que, sob a forma federativa, com personalidade própria, tem a estrutura, a organização e o funcionamento estabelecidos pela legislação específica e pelo Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade e regulamentado pela Resolução CRCPB nº 371/2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba e suas alterações.

O domicílio e sede está localizado à Rua Rodrigues de Aqui nº. n.º 208, Centro – João Pessoa - PB, criado pelo Decreto-Lei N.O 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10.

Os Conselhos de Contabilidade, por delegação prestam serviços públicos e tem como principais atividades o registro e a expedição da carteira profissional, a fiscalização do exercício profissional, a regulamentação acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do cadastro de qualificação técnica; dos programas de educação continuada; e Editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração e foram elaboradas em conformidade com a Lei n.O 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); a Resolução CFC n.O 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do

Sistema CFC/CRCs e a Instrução de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC – INT/VPCI n.O 23/2019. As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2019, são: o Balanço Patrimonial (BP), as Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Financeiro (BF), o Balanço Orçamentário (BO), o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados, Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas. Os demonstrativos foram extraídos do Sistema de Contabilidade.

Essas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e nela estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos, especialmente as informações de natureza patrimonial, orçamentária, financeira e de desempenho. Bem como, destacar e interpretar detalhes de informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho Regional fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) Perdas Estimadas de Créditos – A provisão para perda de créditos foi instituída por meio da Instrução de Trabalho VPCI n.º 085/2012, a qual disponibiliza orientações para a adoção dos procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento da perda estimada dos

créditos de liquidação duvidosa e provisão da cota-partes, com base na perda esperada, cujo detalhamento está mencionado na Nota explicativa n.º 03

b) Ativo Imobilizado – os bens classificados no imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso) o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

No exercício de 2012 foram efetuados os ajustes decorrentes da avaliação dos bens, conforme determina a Resolução CFC n.º 1.161/2009, reconhecendo o valor depreciável e do valor residual dos ativos imobilizados, com reconhecimento do custo atribuído (deemed cost), de acordo com Instrução de Trabalho do CFC INT/VPCI N.º 004/2012, conforme prevê o item 11 da NBC T 16.g, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/08. No exercício de 2019, não ocorreram reavaliações.

A determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, para os bens adquiridos e

postos em operação até 31/12/2010, foi definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2011, a vida útil foi definida pela Câmara de Controle Interno, por meio da Instrução de Trabalho n.O 4/2012 elaborada com base na IN da Secretaria da Receita Federal (SRF) n.O 162/1998.

c) As provisões para riscos civis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível.

Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional das operações do Conselho Regional, cujos saldos estão assim evidenciados.

Além disso, a fim de atender à Lei n.O 4.320/1964, apresentam-se no BP os valores dos grupos: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial.

Cabe ressaltar que a diferença entre os montantes de ativo financeiro e passivo financeiro resulta no valor do superávit financeiro.

As principais práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.



Balanço Patrimonial

O BP evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

Nota Explicativa 1

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. "§ 3º – As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei." (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 164, § 3º).

R\$ mil

Descrição	2019	2018
Caixa e Equivalente de Caixa	226.889	54.793
Bancos Conta Movimento	16.492	28.939
Bancos Conta Arrecadação	46	298
Bancos aplicação financeira	759	1.002
Disponível para Aplicação Vinculada	209.592	24.554

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram depositados em contas separadas das demais disponibilidades, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispõe o §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 101/2000 e as receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

Nota Explicativa 2

Créditos a Receber de Curto Prazo e Longo Prazo

Os créditos a receber são valores previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de Maio de 1946: "Art.11. – A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte:

a) 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais estabelecidas no art. 17 e seu parágrafo único;

b) 4/5 das multas aplicadas conforme alínea "b," do artigo anterior;

c) 4/5 da arrecadação da anuidade prevista no art. 21 e seus parágrafos.

d) doações e legados;

e) subvenções dos governos.

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data de balanço patrimonial.

Os riscos de não recebimento de créditos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Os créditos foram contabilizados pelo regime de competência, no curto e/ou longo prazo, como créditos a receber e o seu reflexo foi evidenciado nas variações aumentativas, sendo apresentado em 31/12/2019, um montante de:

Título	2019		2018	
	Ativo Circulante		Ativo não Circulante	
Créditos a Receber de Curto Prazo	708.800		750.528	
Créditos do exercício	928.253		980.613	
Créditos de exercícios anteriores	178.746		578.741	
Parcelamento débitos	650.688		709.551	
(-) Perda Estimada de Créditos	-1.048.888		-1.518.377	
Título	2019		2018	
	Ativo não Circulante		Ativo Circulante	
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	147.417		117.526	
Parcelamento débitos	1.889.581		1.359.636	
Créditos de exercícios anteriores não executados	547.735		1.304.192	
Dívida Ativa Executada	4.933.547		3.212.450	
(-) Perda Estimada de Créditos	-7.223.446		-5.758.752	

Ajuste para Perda Estimada de Créditos

A metodologia de cálculo para o ajuste das perdas estimadas de créditos tem por base uma média percentual dos recebimentos dos três últimos exercícios, do qual se inferirá o percentual de inadimplência a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber, de acordo com o Pronunciamento VPCI/CFC nº 85/2012. Aplicando-se o percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de curto prazo e longo prazo, obteve-se a provisão de perda estimada conforme segue:

DESCRÍÇÃO	2019	
	Ativo Circulante	Ativo não Circulante
Saldo Créditos de Curto Prazo	708.800	
Percentual de Inadimplência	71%	
Cálculo de ajuste de perdas	- 503.248	
Créditos líquidos a receber	205.552	
DESCRÍÇÃO	2019	Ativo não Circulante
Saldo Créditos de Curto Prazo	2.846.553	
Percentual de Inadimplência	98%	
Cálculo de ajuste de perdas	- 2.789.622	
Créditos líquidos a receber	56.931	

Nota Explicativa 3

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Correspondem a valores a receber relativos a adiantamentos a pessoal, empréstimos concedidos, Bancos Aplicação Financeira, depósitos restituíveis e valores vinculados e outros créditos e valores a receber de entes públicos.

DESCRÍÇÃO	2019	2018
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	84.949,83	125.438,76
Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros	4.013	12.161
Tributos e Contribuições a Recuperar	0	500
Créditos por Danos ao Patrimônio	34.679	37.193
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	26.225	0
Outros Créditos e Valores a Receber	20.033	75.585

a) Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros: valores relativos a adiantamento de férias concedidas a funcionários em dezembro para gozo no mês de janeiro/2019.

b) Tributos e Contribuições a Recuperar - Compreende valores a receber do Conselho Regional de Impostos recolhidos indevidamente e que estão aguardando restituição.

c) Créditos por Danos ao Patrimônio: valores relativos ao somatório das contas próprias para registo de direitos da entidade, relacionados com responsabilidade de funcionários e conselheiros pela não devolução de valores, relacionadas com a gerencia dos recursos e patrimônio da entidade.

d) Demais Créditos c/ vinculação orçamentaria: valores relativos devolução de recursos referente à participação do CFC na aquisição de equipamentos de informática do CRCPB.

e) Outros Créditos e Valores a Receber - reconhecimento do direito a receber de fornecedores, por motivo de pagamento a maior.

Nota Explicativa 4

Estoque

Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo CRCPB, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, gêneros de alimentação e materiais de higiene, limpeza e conservação, materiais de distribuição, bens móveis não ativáveis e outros.

Os bens em almoxarifado estão avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais.

As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

Materiais de consumo

Descrição	2019	2018
Almoxarifado	10.306	16.576
Materiais de Expediente	4.946	5.562
Impressos formulários e papéis	1.980	0
Material para divulgação	1.250	1.250
Materiais de Informática	0	162
Materiais Elétricos e Telefonia	929	1.489
Materiais p/manut. Bens móveis	25	45
Materiais p/manut. Bens Imóveis	0	105
Material de copa e cozinha	213	821
Gêneros de alimentação	582	2.008
Materiais de Higiene, Limpeza e Conservação	171	2.254
Materiais de Distribuição Gratuita	210	2.880

Os materiais disponíveis em almoxarifado foram inventariados em 31/12/2019 e os ajustes necessários a sua regularização, foram realizados no sistema.

Nota Explicativa 5

Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término do exercício seguinte.

VPD Antecipada

Descrição	2019	2018
VPD pagas Antecipadamente	3.520	10.201
Seguros a apropriar	3.520	3.921
Assinaturas	0	6.280

Nota Explicativa 6

Investimentos, Imobilizado e Intangível

Os bens que integram os investimentos, imobilizado e intangíveis estão assim distribuídos:

a) Imobilizado

Bens móveis e imóveis

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecido contabilmente, no exercício de 2019. Os ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso) o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

Em novembro de 2019, foi exposto através do memorando do setor de Patrimônio nº 054/2019, divergências encontradas entre os sistemas de bens e o sistema contábil, o qual ocasionou diferenças entre os mesmos. Após a conferencia foram efetuados ajustes contábeis tanto nos bens do ativo imobilizado quanto na depreciação acumulada para que ambos guardem paridade entre as contas.

Por meio da Portaria nº 019/2019, foi nomeada a comissão para o levantamento de bens móveis, a qual apresentou relatório conclusivo à administração apontando em relatório específico o resultado dos bens inventariados.

Entre as aquisições mais relevantes no ano, destaca-se, na conta Máquinas e Equipamentos, a aquisição de 02(dois) ares condicionados, sendo um para a sala da presidência e outro para a sala de desenvolvimento profissional, no valor de R\$ 2.580,00(dois mil quinhentos e oitenta reais) conforme dispensa nº 35/2019.

No grupo Equipamentos de Processamento de Dados, houve um investimento na substituição do HD no escritório representativo da cidade de Guarabira-PB conforme dispensa nº 33/2019.

Os saldos das contas do Imobilizado, em 31/12/2019, são:

Descrição	Saldo 31.12.2018	Aquisições		Saldo 31.12.2019	Depreciação Acumulada
		Compras	Desconto porc.		
Móveis e Utensílios	119.316	0	7.558	11.758	-67.827
Máquinas	74.654	2.580	20.606	56.628	-26.244
Equipamentos	2.808	0	0	2.808	-2.238
Instalações	2.518	0	215	2.303	-1.401
Utensílios de copa e cozinha					
Veículos	103.800	0	0	103.800	-20.241
Equip.proc. de dados	266.433	241	70.328	196.346	-114.181
Sede	684.775	0	0	684.775	-174.618
Sub sede	441.399	0	0	441.399	-77.216
Terrenos	826.078	0	0	826.078	0
Total bens móveis	2.521.780	2.821	98.707	2.325.895	483.967

b) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção.

No exercício de 2019 não houve nenhuma aquisição para o regional.

c) Amortização

A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida:

d) Depreciação

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução Normativa CCI/CFC nº 04/2012.

Os bens móveis adquiridos após esta data estão sendo depreciados com base na Instrução de Trabalho CCI/CFC nº 04/2012, conforme a seguir: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copia e Cozinha e Veículos (uso administrativo), tempo de vida útil de 10 anos e valor residual de 10%; Equipamentos Processamento de Dados tempo de vida útil de 5 anos e valor residual de 10%, resultando nos saldos demonstrados no quadro aposto no item anterior.

Os bens são depreciados a partir do mês subsequente à aquisição e ou instalação, a tabela abaixo demonstra o tempo de vida útil e o valor residual de cada grupo do imobilizado:

Descrição do Passivo	Vida útil	Valor residual	Taxa de desconto
Materiais e消耗品	10 anos	10%	
Maquinaria, Equipamentos	10 anos	10%	
Imóveis	10 anos	10%	
Veículos	10 anos	10%	
Obrigações processualistas de débitos	10 anos	10%	
Serviços, Fatos e Encargos	20 anos	10%	

Nota Explicativa 7

Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; obrigações fiscais, fornecedores e contas a pagar; obrigações de repartições a outros entes; empréstimos e financiamentos; provisões; e demais obrigações, as quais são demonstradas por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. As obrigações com pessoal e terceiros são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Obrigações de Curto Prazo

Descrição	2019	2018
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	37.883,09	-
Obrigações fiscais de curto prazo	2.021,66	9.966,39
Depósitos Corrigíveis	29.161,06	25,59
Fornecedores	9.302,01	14.919,15
Total	78.367,82	24.911,13

No saldo relativo aos depósitos consignáveis compreende o fluxo de entradas e saídas de recursos, mas que não sejam da propriedade do Conselho e que tenham caráter devolutivo. A avaliação é efetuada pelo valor original das transações e consta o registro dos montantes relativos à retenção calculada sobre o pagamento de salários, 1/3 de férias, 13º (décimo terceiro) salários, dentre outros.

Os valores retidos dos fornecedores e são depositados, pelo Conselho, em conta vinculada específica, conforme o disposto no anexo VII da IN MPDG n.º 5/2017. A retenção no momento do pagamento é registrada em conta de passivo e o depósito em conta específica é efetuado em rubrica do ativo.

As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhado a Instrução de Trabalho CCI/CFC nº 023/2019.

Descrição	2019	2018
Contas a Pagar crédito de terceiros	22.714,99	6.324,36
Transferências Legais	15.445,49	5.376,61
Outras Obrigações	100.389,89	85.022,89
Total	136.549,39	96.624,86

O saldo da conta "Transferências Legais" refere-se à Cota Parte devida ao Conselho Federal de Contabilidade. O CRCPB repassa mensalmente o valor de 20% (vinte por cento) de toda a arrecadação.

No grupo de contas "Outras Obrigações" constam o saldo de "créditos não identificados", de boletos recebidos em duplicidade ou recebidos a maior os quais estarão sendo objeto de análise detalhada para correta identificação financeira.

Nota Explicativa 8

Provisões de Curto Prazo

No passivo circulante, são evidenciadas também as provisões para 13º, férias e encargos e os processos judiciais com perda classificada como "praticamente certo". As provisões relativas aos processos judiciais com perda classificada como "provável" entre outras e são constituídas com base em estimativas confiáveis pelos prováveis valores de liquidação para os passivos.

- I. Provisões Trabalhistas
- II. Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis
- III. Provisão da Cota Parte

Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas (13º, férias e encargos) são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento mensal:

Descrição	2019	2018
Provisão de férias	141.134,03	119.673,53
Encargos Sociais	63.492,48	34.488,84
Total	204.627,28	154.162,37

Houve pouca variação nos saldos da provisão de férias, visto mesmo sendo pagas aos funcionários durante o ano, há férias acumuladas e vencidas. Os saldos referentes às provisões para décimo terceiro salário e seus encargos patronais foram baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido no dia 20/12/2019.

Nota Explicativa 9

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura as perdas ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido ainda, o correspondente desembolso ou perda.

As provisões para riscos cíveis foram constituidas com base no Relatório de Passivos Contingentes da Assessoria Jurídica do CRCPB. O Conselho possui possui processos avaliados como de risco de possível eivável e provável ganho, possível perda e a remota que não são reconhecidos contabilmente, conforme estabelecido pela NBC TG 25(R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1180/09.

De acordo com o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, uma contingência passiva é a possível obrigação presente, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle da entidade.

O CRCPB possui processos cíveis totalizando o montante de R\$ 22.889,35, com os graus de perda classificados como "praticamente certo" e "provável", reconhecidos no Balanço Patrimonial, sendo três classificados como "praticamente certo" e 28 como "provável".

Ressalta-se que os processos contingentes cuja avaliação do grau de perda foi classificada como "possível" e "remota" não são reconhecidos contabilmente, mas, a título de informação demonstram-se no quadro abaixo, os processos que estão sob a responsabilidade da Assessoria Jurídica:

Nº do Processo	Autor	Reu	Tipo de ação	Valor da causa
000012345678901234567890	Thierry Leal	001-123-00000-00	Trabalhistas	0,00
000012345678901234567890	J. Francisco Góes	001-123-00000-00	Trabalhistas	22.889,35
000012345678901234567890	Heloísa de Souza	001-123-00000-00	Trabalhistas	45.200,00

Descrição	Créditos Líquidos	Calculo Provídio da Cota
Créditos a Receber - CP	708.800,39	141.760,06
Créditos a Receber - LP	147.417,27	29.483,45
Total da Cartera	856.217,56	171.243,51
Total		41.601,44

Provisão da Cota Parte

Constitui cota parte valor correspondente a 20% sobre os créditos a receber líquidos de curto e longo prazo conforme orientação do Pronunciamento nº 85/12 da Câmara de Controle Interno do CFC.

Descrição	Créditos Líquidos	Calculo Provídio da Cota
Créditos a Receber - CP	708.800,39	141.760,06
Créditos a Receber - LP	147.417,27	29.483,45
Total da Cartera	856.217,56	171.243,51

Nota Explicativa 10

Passivo Não Circulante

No grupo denominado "Passivo Não Circulante" são escrituradas as obrigações da entidade, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não-circulante, quando se vencerem após o exercício seguinte. Normalmente tais obrigações correspondem a valores exigíveis a partir do 13º mês seguinte ao do exercício social.

São obrigações de longo prazo, as parcelas relativas a programas de refinanciamento de dívidas previdenciárias, acrescidos dos encargos legais previstos pelo regime de competência.

Demais obrigações de longo prazo

Descrição	2019	2018
Parcelamentos fiscais e Previdenciárias	13.500,00	44.466,00
Total	13.500,00	44.466,00

Nota Explicativa 11 Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído no BP é composto dos saldos de resultados positivos (ou negativos) apurados em exercícios anteriores deficit patrimonial do exercício e ajuste do exercícios anteriores. O quadro abaixo evidencia o patrimônio líquido do CRCPB.

Descrição	2019	2018
Patrimônio Líquido	2.516.241,60	2.600.898,11
Ajuste de Exercícios Anteriores	5.111,70	232,33
Resultado Patr. do Exercício	84.876,21	168.257,75
Resultados Acum. Exerc. Anteriores	2.600.000,11	2.740.045,53

Nota Explicativa 12 Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei nº 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC.

No exercício de 2019 foi apurado um déficit financeiro no valor de R\$ 106.644,08, decorrente, principalmente, da diminuição das disponibilidades devido ao aumento das despesas liquidadas e pagas no exercício.

Metodologia de cálculo:

Descrição	2019	2018
Déficit Financeiro	-106.644,08	-879.614,13
Ativo Financeiro	315.358,87	390.737,53
(-) Passivo Financeiro	422.002,95	278.608,86

Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrando no BP.

Nota Explicativa 13 Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial foi deficitário em R\$ 84.876,21 (oitenta e quatro mil, setecentos e seis reais e vinte e um centavos).

Descrição	2019	2018
Resultado Patrimonial	-84.876,21	-168.257,75
Var. Patrimoniais Aumentativas	7.099.230,04	15.275.780,97
(-) Var. Patrimoniais Diminutivas	71.841.062,5	15.436.038,72

Balanço Financeiro

O BF apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

Nota Explicativa 14 Ingressos e Dispêndios extra orçamentários

Nos saldos dos ingressos e dispêndios extra orçamentários estão evidenciados, especialmente, a movimentação dos depósitos restituíveis e valores vinculados a processos judiciais, aos valores inscritos em restos a pagar e os pagos de exercícios anteriores, bem como o cancelamento de restos a pagar, decorrentes de erros, dentre outros.

Balanço Orçamentário

O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo — superávit orçamentário — ou

negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Nota Explicativa 15 Resultado Orçamentário

O orçamento do CRCPB para o exercício de 2019 foi aprovado por meio da Resolução nº 381/2018, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba, em 29 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 3.600.000,00(três milhões e seiscentos mil reais) e suplementado conforme legislação vigente, utilizando-se de excesso de arrecadação, cuja fonte foi o apoio financeiro concedido pelo Conselho Federal de Contabilidade no valor de R\$ 157.000,00(cento e cinquenta e sete mil reais), totalizando em R\$ 3.757.000,00(três milhões setecentos e cinquenta e sete mil reais)

No balanço orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um superávit orçamentário de R\$ 88.771,34 (oitenta e oito mil setecentos e setenta um reais e trinta e quatro centavos).

Descrição	2019	2018
Resultado Orçamentário	88.771,34	-299.130,45
Receitas arrecadadas	3.659.677,67	3.240.495,20
Despesas empenhadas	3.570.906,33	3.539.625,65

Fonte Balanço Orçamentário de 2019.

João Pessoa, 31 de dezembro de 2019.

Contadora Vitória Pereira de Souza Silva
Presidente do CRCPB

Contadora Thamara Leal Brandão de Oliveira
Contadora do CRCPB

Expediente



Presidente

Contadora Vilma Pereira de Souza Silva

Vice-Presidente de Registro

Técnica em Contabilidade Silvana Ferreira Dantas

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contador Paulo Gildo de Oliveira Júnior

Vice-Presidente de Controle Interno

Contador Carlos Ronaldo Porto de Oliveira

Vice-Presidente Técnico

Contador Bruno Sitonio Fialho de Oliveira

Vice-Presidente Administrativo

Contadora Tatiana Falcão de Souza Fernandes

Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Contador Tarciso Martins de Oliveira

Diretora Executiva

Deginalda Fábia Barboza Mendes

Funcionários responsáveis pela elaboração do Relato Integrado do CRCPB referente ao exercício de 2019.

Deginalda Fábia Barboza Mendes – Coordenadora

Thamara Leal Brandão de Oliveira

Helenita de Sousa Agra

Expedito Sarmento Maracajá

Alex Barros da Silva



#somoscontabeis